

O USO VARIÁVEL DA CONCORDÂNCIA VERBAL NO PORTUGUÊS DO BRASIL (PB) E NO PORTUGUÊS DE ANGOLA (PA): A HISTÓRIA EXTERNA EM FOCO¹

SILVANA SILVA DE FARIAS ARAUJO
Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS)

Considerações iniciais

Quando se realiza um trabalho investigativo, como são as pesquisas científicas, um dos fatos mais fascinantes que há é o de nunca se saber, ao certo, que caminhos ele vai tomar. Esses são muitos, as hipóteses nem sempre são confirmadas e os questionamentos iniciais são, às vezes, desdobrados em muitos outros, de maneira que há pesquisadores que passam anos dedicando-se a um determinado fenômeno, em busca de luzes para o entendimento do mesmo, e o que é muito importante, instigando outros cientistas a entrarem nessas veredas.

Nesse sentido, confessamos que, ao iniciarmos este estudo sobre a variação no uso da concordância verbal na estrutura sociolinguística de duas ex-colônias portuguesas, tínhamos em mente algumas hipóteses que não foram confirmadas, levando-nos a repensá-las e a buscarmos outras respostas. Assim, explicitaremos, nos próximos parágrafos, como se deu esse percurso investigativo.

Primeiramente, sabíamos que a inovação no paradigma verbal do PB é um traço característico da identidade linguística brasileira em oposição à europeia, conforme já expuseram diversos estudiosos. Em linhas gerais, as pesquisas têm mostrado que de um paradigma pleno com seis formas verbais, uma para cada pessoa gramatical, o português brasileiro estaria passando por um processo de redução da morfologia flexional (MATTOS E SILVA, 2002:305).

Do mesmo modo, tínhamos conhecimento de que, no diassistema linguístico brasileiro, a falta de marcas explícitas de plural nas formas verbais é um fato altamente estigmatizado, podendo ser considerado um estereótipo sociolinguístico. Basta lembrar, por exemplo, que usos como “nós vai” é associado, de imediato, a falante com baixa ou nula escolaridade, ou ainda, a moradores de zona rural ou de periferias de grandes centros urbanos (BORTONI-RICARDO, 2005). Assim, considerando que existem dois grandes polos do PB, os usos populares e os cultos (LUCCHESI, 2009a), entendíamos que a falta de concordância de número, seja nos verbos seja nos nomes, “constitui a grande fronteira sociolinguística da sociedade brasileira” (LUCCHESI, 2009:31).

Partindo desse entendimento, tínhamos como pressuposto o fato de que o amplo quadro de variação existente no sistema de concordância nas normas populares do PB seria decorrente da história sociolinguística brasileira, marcada pelo contato entre línguas, com processos de transmissão linguística irregular do português, impulsionados pela população africana e indígena, principalmente pela primeira, já que esta esteve na base da demografia do Brasil nos primeiros séculos de sua formação.² Feitas essas considerações, chegamos ao ponto de conflito aludido no início deste texto: As nossas hipóteses iniciais centravam-se basicamente na crença de que, em outras variedades históricas da língua portuguesa formadas em situações de contato linguístico, a exemplo da desenvolvida em Angola, seria, igualmente, encontrado um quadro de redução da morfologia flexional, principalmente nos usos populares, como ocorre no Brasil. Para nossa surpresa, no entanto, não foi isso que encontramos nos dados analisados. Tal fato, longe de nos desconsertar, motivou-nos a procurar evidências para escrutinar a realidade linguística brasileira. Desse modo, este texto tem como objetivo socializar nossas “inquietações” e proporcionar novos campos de pesquisas, além de divulgar estudos que não somente comparem o PB e o PE, mas que também estabeleçam um paralelo entre a variedade brasileira e outras variedades históricas da língua portuguesa formadas na África em decorrência das expansões ultramarinas portuguesas dos séculos XVI.

Para cumprir nossos objetivos, realizamos uma pesquisa bibliográfica sobre o tema da concordância verbal (CV) e sobre a história sociolinguística brasileira e a angolana, além de empreendermos uma análise variacionista laboviana do fenômeno linguístico em tela. Estruturamos o texto da seguinte maneira: na seção 1, apresentamos alguns estudos sobre o uso da CV no PB, procurando correlacioná-los ao debate sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira; em 2, apresentamos, brevemente, dados da sócio-história do PA, comentando também algumas pesquisas já realizadas ou em andamento sobre o mesmo e sobre outras variedades do português falado na África; na seção 3, estabelecemos um paralelo entre o uso da CV no PB e no PA, fazendo algumas teorizações sobre os processos de intenso contato entre línguas impulsionado por conta do projeto colonizador português; nas considerações finais, explicitamos as nossas principais conclusões e pontuamos algumas questões para serem observadas em pesquisas futuras.

1. A Concordância verbal e o debate sobre a gênese do PB

Para começar a discorrer sobre o fenômeno linguístico tomado como foco para este estudo, começemos com o trabalho precursor de Naro e Lemle (1977). Eles enfocaram a concordância verbal a partir de um *corpus* constituído de entrevistas com um grupo de vinte estudantes do MOBREAL (Movimento Brasileiro de Alfabetização), naturais da cidade do Rio de Janeiro, e chegaram à conclusão de que “quanto menos saliente for a diferença entre singular e plural, mais provável será a falta de concordância” (LEMLE e NARO, 1977:446). Para os autores, essa ausência da concordância é mais favorecida quando “o sujeito segue ao seu verbo. Neste caso, o elemento determinante da concordância segue ao elemento determinado, fazendo com que a falta de concordância seja menos óbvia” (LEMLE e NARO, 1977:43-44 *apud* SILVA 2005:215).

Quatro anos mais tarde, Naro realiza outra pesquisa com um *corpus* extraído de dezessete entrevistas gravadas com estudantes mobrealenses, levantando a seguinte hipótese: “a aplicação da regra da concordância verbal é uma regra variável e que tal regra existe no português falado por pessoas de classes menos favorecidas, apresentando a tendência a não-aplicação da regra de concordância” (NARO, 1981 *apud* SILVA, 2005, p. 216). Para o autor, haveria no português popular do Brasil uma tendência progressiva à perda das flexões número-pessoal nos verbos, estando essa tendência prefigurada no sistema português e vindo a acentuar-se na realidade linguística brasileira; ou seja, a simplificação da morfologia verbal seria o reflexo da deriva secular indo-européia.

Reafirmando a hipótese da deriva natural (detalhada adiante neste texto), em pesquisas mais recentes, Naro e Scherre (1997) observaram, em amostras representativas da(s) norma(s) culta(s), que os informantes idosos, adultos e jovens apresentam um percentual próximo de concordância verbal, indicando ser uma variação estável. Eles salientam, também, que “variáveis mais finas evidenciam fluxos diversos na comunidade de fala brasileira, revelando que há indícios de perda e de aquisição das variantes explícitas de plural” (NARO e SCHERRE, 1997: 107-108).

Numa outra vertente dos estudos sobre a formação e caracterização da realidade linguística brasileira Lucchesi, Baxter e Silva (2009:356), ao focalizarem o português rural em comunidades afro-brasileiras baianas, assinalam que a concordância verbal com a terceira pessoa do plural é muito mais favorecida entre os informantes jovens do que entre os idosos, com pesos relativos, respectivamente de .62 e .36.

Ao confrontar grupos sociais muito distintos, Lucchesi (2009a) põe em destaque as tendências de mudanças em curso para as variedades do *continuum* dialetal brasileiro: enquanto a norma culta urbana apresenta afastamento dos padrões normativos do modelo lusitano, a norma popular estaria se aproximando dos padrões cultos (ou semicultos). Grosso modo, o que se depreende do pensamento de

Lucchesi quanto à concordância verbal é que enquanto na norma culta vem se configurando um paradigma de três ou quatro pessoas para os tempos primitivos e três ou duas para os tempos derivados em oposição ao modelo histórico pleno de seis pessoas, a norma popular apresenta um quadro de aquisição da regra de concordância, em virtude de contatos com a variante culta urbana.

Esses processos de mudanças veem sendo confirmado em estudos feitos em outras comunidades linguísticas. Almeida (2006) estudou a concordância verbal das três pessoas do plural na comunidade de remanescente de escravos São Miguel dos Pretos (Restinga Seca/RS) e constatou que os falantes da comunidade quilombola estão adquirindo a concordância verbal, principalmente, quando as formas verbais estão mais salientes e o sujeito, anteposto ao verbo, indicando um processo de mudança geracional. Esse parece ser o contexto social das comunidades rurais de Cinzento e Morrinhos e urbana de Poções, estudadas por Silva (2005). Este autor, ao analisar a concordância verbal de terceira pessoa, verificou que, nessas comunidades, a solidariedade entre o sujeito e o verbo é mais frequente em contextos linguísticos em que a oposição singular/plural é mais saliente e o sujeito vem anteposto ao verbo. Ele também observou que os constituintes nominais do sujeito podem levar a aplicação da regra, ou seja, quando ocorre concordância nominal no sintagma nominal. No que tange aos fatores extralinguísticos, observou que a fala do documentador, os meios de comunicação (rádio e televisão), a escolarização mesmo precária e o estágio de urbanização podem favorecer a aplicação da concordância, revelando que características de língua culta começam a ser adquiridas pelas comunidades populares.

No que diz respeito à concordância de primeira pessoa do plural, ressaltamos que os resultados encontrados por Almeida (2006:24) diferem dos encontrados por Silva (2003), que estudou a CV nas comunidades baianas de Helvécia, Rio de Contas e Cinzento, e se aproximam dos encontrados em comunidades urbanas ou em comunidades onde os falantes têm maior grau de escolaridade. A disparidade dos resultados é explicada pela própria autora em função de os moradores da comunidade rural afro-brasileira do Rio Grande do Sul manterem estreitos contatos com moradores de outras comunidades, tanto da zona rural quanto da zona urbana, o que não acontece com as comunidades baianas estudadas por Silva.

A recorrência de estudos variacionistas que focalizam o uso variável da CV no PB justifica-se pela sua importância para o debate acerca da gênese da identidade linguística brasileira em posição à lusitana. Nesse sentido, fazemos, a seguir, algumas breves colocações sobre como esse fenômeno linguístico é correlacionado à formação do PB.

Sabemos que o ponto que mais suscita polêmica sobre a formação da realidade sociolinguística brasileira gira em torno da possível importância do contato entre línguas para a existência de uma realidade linguística diferente da europeia. Em linhas gerais, há desde posicionamentos que supervalorizam tal importância (Raimundo, 1933; Mendonça, 1933), até aqueles que a negam, assumindo uma posição contraditória, pois, ao tempo em que admitem a existência de crioulos ou semi-crioulos decorrentes da aquisição imperfeita do português, negam uma influência desses na constituição do PB (Silva Neto, 1963; Chave de Melo, 1972). Há também autores como Câmara Júnior (1972) que propagam que a presença maciça de africanos na sócio-história do PB apenas acelerou tendências já prefiguradas no sistema.

Com a consolidação da teoria sociolinguística no Brasil, instaura-se um novo cenário para se investigar a gênese do PB, passando a existir posições baseadas em pesquisas empíricas. Nessa conjuntura, o uso variável da CV é diretamente associado a análises sobre a importância da natureza pluriétnica na formação do PB. Na década de oitenta do século XX, por exemplo, o linguista norte-americano Gregory Guy retoma a discussão acerca da importância do contato entre línguas na formação da realidade linguística brasileira, agora, com um instrumental teórico-metodológico que supera tanto as

observações feitas pelos primeiros filólogos do século XIX quanto as posições fundamentadas na ideologia do colonizador europeu bem como as posições imanentistas.

Guy (1989), ao conjugar dados sobre a demografia histórica brasileira com dados empíricos acerca da variação na concordância no grupo nominal e na concordância verbo-sujeito, argumenta que seria impossível não ter havido uma criouliização prévia no português do Brasil. A hipótese sustentada é que o PB teria se originado de um crioulo de base portuguesa, formado a partir da escravização de populações africanas durante os séculos XVII e XVIII, que, com o aumento da população branca e mestiça a partir do século XIX, teria passado por um processo acelerado de descrioulização, cujas consequências estariam no português popular.

A argumentação empreendida por Guy é, paradoxalmente, contestada por importantes sociolinguistas brasileiros: Fernando Tarallo, Anthony Naro e Marta Scherre. O primeiro, em um trabalho de 1993, no qual se baseia na evidência de que o comportamento do PB em relação à variedade lusitana estaria, a partir do final do século XIX, em muito se diferenciando, principalmente quando se focaliza o comportamento das relativas e da retenção pronominal em sentenças matrizes e encaixadas. Assim, postula que o PB, em vez de estar caminhando rumo ao PE, (algo esperado numa situação de descrioulização), estaria se diferenciando, gerando gramáticas diversas.

Quanto aos sociolinguistas Naro e Scherre (1993, 2007), de certa maneira, sua visão coaduna, com a divulgada por Tarallo (1993). Acreditam os autores que o grande contingente de africanos no Brasil apenas acelerou tendências já prefiguradas na base da deriva românica; assertiva feita anteriormente por Câmara Júnior (1972). Seguem, portanto, o conceito de deriva (*drift*), proposto por Sapir (1921), segundo o qual haveria uma direção para as mudanças linguísticas, obedecendo a movimentos estruturais. Fica evidente nessa posição a recusa em lançar mãos dos chamados fatores externos, preferindo-se adotar conceitos abstratos que pregam a existência de forças seculares atuando sobre as línguas.

As evidências linguísticas que levaram os autores a defenderem essa posição residem no fato de terem encontrado percentuais ínfimos da falta de marcas de plural em sintagmas nominais e verbais no português arcaico, fato que os levou a interpretar o amplo quadro de variação que envolve a morfologia flexional no PB como decorrente do enfraquecimento do /S/ final e da desnalização em sílaba final.

Uma grande contribuição a esse debate será dada pelo sociolinguista Dante Lucchesi, que, desde a década de 1990, vem defendendo a ideia de que o contato entre línguas não pode ser menosprezado no processo de formação do PB. A partir de uma visão bipolarizada para o PB, o autor argumenta que não se pode deixar de ver, nas variedades populares do PB, o processo inverso ao descrito por Tarallo, dado que rumam a se aproximar das normas cultas (mais próxima do PE), conforme já expusemos anteriormente.

Para sustentar a sua posição, Lucchesi (2000, 2003) divulga o conceito de transmissão linguística irregular como um processo variável (apresentada pela primeira vez por Baker (1982) e Bickerton (1984), em cujas extremidades estão variedades de línguas históricas marcadas por alterações, a exemplo da redução da morfologia flexional, e, na outra os crioulos típicos. No caso do PB, pode-se postular o primeiro desses casos, um caso de criouliização do tipo leve.

Os estudos realizados por Nina (1980:138) e Vieira (1995:104), em que são analisados dados coletados entre falantes não-escolarizados, respectivamente nos Estados do Pará e do Rio de Janeiro, vão ao encontro das ideias defendidas nos trabalhos de Lucchesi acerca da realidade sociolinguística brasileira, na medida em que, ao constatarem uma correlação entre a aplicação da regra de concordância verbal e a faixa etária jovem dos informantes, as pesquisas das autoras sugerem um percurso histórico em que há uma aquisição de regras da morfologia flexional, esta perdida em tempos pretéritos do PB. Algo, aliás, diferente do que se observa com amostras representativas da(s) norma(s) culta(s), em que os

informantes idosos, adultos e jovens apresentam um percentual próximo de concordância (NARO e SCHERRE, 1997). Desautoriza-se, assim, a crença de que a variação observada na morfologia brasileira do PB seja consequência de processos de reestruturação internas, a exemplo da perda do /S/ e da nasalizações finais (LUCCHESI, 2009).

Nesse sentido, terminamos esta seção com algumas colocações acerca da concordância verbal no português popular europeu. Gandra (2009) realizou um estudo, tendo como *corpus* dados do projeto *Corpus Dialectal para o Estudo da sintaxe* (CORDIAL-SIN), com entrevistas gravadas em comunidades rurais portuguesas, cujos informantes possuíam pouca ou nula escolarização. Os resultados apontam para um preponderante uso da concordância padrão entre o sujeito e o verbo, pois das 904 ocorrências de verbos com sujeito referencial na terceira pessoa do plural apenas 32 ocorrências (3,5%) apresentam perda da concordância, ou seja, o percentual de concordância atinge o altíssimo índice de 96,5%.³ A autora ainda ressalta disparidade dos seus resultados quando comparados com os resultados obtidos por Silva (2005) e Souza (2005):

O índice de 3,5% de perda de concordância revela uma situação oposta àquela analisada por Silva (2005) no interior baiano, de 83% de não-aplicação da regra. Ao serem comparados os dados obtidos nos registros de fala do português rural atual com o estudo de Souza (5% de perda de concordância), constata-se que muito provavelmente, não houve crescimento de perda de concordância no português europeu, dos séculos XIII/XIX ao século XX – trata-se de evidências linguísticas de que os oito séculos da sócio-história do português em Portugal foram, de fato, diferentes dos cinco séculos de história do português no Brasil (GANDRA, 2000: 146-147).

É visível que o comportamento do português popular europeu no que tange a esse fenômeno linguístico difere do que ocorre no Brasil. A situação lusitana atual para a perda da morfologia flexional está, pois, em consonância com a realidade do português arcaico, estudado por Mattos e Silva (1989) e por Souza (2005). Esses autores demonstram que o comportamento sintático generalizado é a aplicação da regra de concordância, havendo apenas variação em casos muito específicos, a exemplo de casos de concordância semântica, em que o sujeito apresenta sentido de pluralidade e sujeito singular, do tipo “o povo foram”. Desse modo, corrobora-se a hipótese de que a sócio-história do PB, marcada pelo contato entre línguas, influenciou na constituição da identidade linguística brasileira e nega-se a hipótese da deriva natural da língua, segundo a qual a língua portuguesa teria uma “tendência” para a perda de concordância. Conforme expusemos acima, a realidade vislumbrada com os dados do português de Portugal é outra, na medida em que os dados analisados por Gandra (2009) resultou em um percentual de marcas explícitas de plural nos verbos ainda maior do que o encontrado por Souza (2005), sendo que este analisou dados do português arcaico. Nas próximas seções, abordaremos como esse mesmo contato linguístico influenciou outras variedades do português formadas em outras ex-colônias portuguesas.

2. A língua portuguesa no continente africano: o caso do PA

Estudos que apontam as diferenças estruturais entre o português europeu (PE) e o brasileiro são de longas datas, haja vista que, já em 1826, Domingos Borges de Barros, o Visconde de Pedra Branca, as apontavam (CARDOSO, 2009:142). De lá para cá, não foram poucos os estudiosos que se dedicaram a essa temática, podendo ser citados, por exemplo, as professoras Charlotte Galves e Maria Helena Mateus. Ao apontarem as peculiaridades linguísticas dessas duas normas do português, estudos dessa natureza suscitaram e suscitam questionamentos acerca do porquê de tais diferenciações.⁴ Mais recentemente, o debate acerca das motivações sócio-históricas para as origens do PB tem ganhado um novo caminho: situa-se o PB como uma variedade histórica da língua portuguesa, comparando-o com outras variedades de português, não crioulas, faladas na África e na Ásia. São exemplos desses estudos

os realizados por Chavagne (2005), Laban (1999), Petter (2007) e Teixeira (2008). O ganho com essa nova vertente dos estudos que “garimpam” as origens do PB está no fato de colocarem em relevo a discussão sobre as principais consequências do contato entre línguas nos espaços onde se formou a língua portuguesa, permitindo que se observem as principais consequências do contato entre línguas.⁵

Para o objetivo que estabelecemos neste trabalho, apresentamos adiante, algumas conclusões a que chegaram estudiosos que analisaram as consequências do contato entre línguas na estrutura da língua portuguesa em Angola. Mas, antes disso, faremos uma breve exposição sobre algumas particularidades sócio-históricas desse país angolano.

Segundo o primoroso estudo de Pepetela (1990), a colonização portuguesa em Angola iniciou-se no século XVI, em 1575, período que, assinalamos, coincide praticamente com o período em que foi iniciada a colonização lusa no Brasil (em 1530). A intenção inicial dos portugueses quando foram a Angola era encontrar minas de prata e escravos; como não obtiveram sucesso com a atividade mineradora, rumaram a executar o comércio de escravos, tendo, nessa atividade, obtido sucesso. Assim, começou uma intensa rede de relacionamentos, a saber: Portugal/ Angola/ Brasil, ficando o país africano colonizado por Portugal até a sua independência em 1975. Ressaltamos que passado o período inicial de ocupação portuguesa em Angola⁶, e com a independência do Brasil, Portugal iniciou uma ocupação mais intensa, colonizando, de fato, Angola, travando guerras que resultaram em verdadeiros massacres.

A situação linguística em Angola é marcada por uma situação de multilinguismo generalizado, predominando o quimbundo, o quíconggo (ou kikongo), o umbundo, em Luanda, e o português adquirido como segunda língua. De acordo com Mingas (2000:33), houve leis de imposição da língua portuguesa que proibiam o uso das línguas nacionais, tornando-se, assim, o português a única língua oficial.

Quanto aos estudos que focalizaram as particularidades do português formado nessa situação babélica, destacamos, inicialmente, os realizados por Petter (2007). A autora defende existirem certas semelhanças entre o português falado na África e no Brasil (no tocante aos níveis lexical, fonológico e sintático), denominando essa situação de “*continuum* afro-brasileiro” do português, sendo assinalados aspectos que denotam uma continuidade entre as variedades faladas ao sul do Equador e uma distinção entre estas e a norma europeia. Para tanto, cita estudos realizados por Chavagne (2005) e Laban (1999), em que focalizaram, respectivamente, o português de Angola e o de Moçambique (PM). A autora selecionou, do material disponibilizado pelos autores, fatos significativos convergentes entre o PB e as variedades do português da África, dos quais apresentamos alguns:

a) Metátese: *perspectivas*, *pruguntar*, *dromir* (CHAVAGNE, 2005:112; LABAN, 1999:85 *apud* PETTER, 2007:11); b) Apócope: queda do –r final dos infinitivos verbais, na fala e na escrita (CHAVAGNE, 2005: 78, *apud* PETTER, 2007:11); c) Paragoge: *chigari*, *dari*, *sinhori* (acréscimo de /i/); *doutoro*, *malo*, *sinhorro* (acréscimo de /o/) (LABAN, 1999 *apud* PETTER, 2007:12). Nesse caso, Petter, citando Laban, ressalta que “a paragoge do /i/ depois de uma consoante lembra alguns traços de pronúncia em Portugal, mas a do /o/ aproxima o português moçambicano do de Angola; d) Ausência de plural com –s no sintagma nominal e em formas verbais: “as casa”; “tu fica”; redução da flexão verbal em favor da 3ª pessoa: “**Tu vai levar** um, não é? Ta bem. Ta bom. [...] Então nós **ficava** cá à espera” (CHAVAGNE, 2005: 235, *apud* PETTER, 2007:15). Também Laban (1999:143 *apud* PETTER, 2007:15) destaca o uso variável da concordância verbal no português de Moçambique, com usos como: “Nós vai morrer, nós é dono de nós, nós já aprendeu, nós fazia, nós pôde proveitar...”; e) Variação no uso da concordância de gênero: “os palavra”, “minhas irmãos” “a senhor ficou sozinho” (INVERNO, 2005, *apud* PETTER, 2007:16).

Ao enumerar esses e vários outros fatos convergentes entre o PB, PA e PM, Petter (2007:16) faz a seguinte consideração:

São tantas as semelhanças compartilhadas pelas três variedades de português nos três níveis de organização linguística selecionados (fonológico, lexical e morfossintático) que fica difícil defender que tais fatos sejam casuais, resultantes de uma deriva natural do português ou decorrentes da manutenção de formas antigas do PE. Por que as mesmas áreas da gramática do português foram 'perturbadas'? [...]

Vemos, portanto, que há uma recorrente propagação da similaridade entre variedades linguística faladas em ex-colônias portuguesas. Foi com essa ideia que fomos olhar os dados que tínhamos, os quais nos foram gentilmente cedidos pela Profa. Dra. Eliana Teixeira, que constituiu um vasto acervo linguístico na capital de Angola, no ano de 2008, tendo sido gravados mais de cem horas de diálogos entre documentador e informante (DID), com base na metodologia variacionista (LABOV, 1972), e coordena o projeto “Em busca das raízes do português brasileiro, sediado na UEFS. Os seus informantes foram selecionados de acordo com as seguintes variáveis sociais: idade (**Faixa 1** – 18 a 32 anos, **Faixa 2** – 33 a 49 anos e **Faixa 3** – acima de 49 anos), nível de escolaridade (**nula, fundamental, média e superior**), língua nativa (línguas nacionais e a portuguesa) e os dois sexos (**feminino e masculino**). Na próxima seção, apresentamos os resultados que obtivemos com a nossa análise, ao tempo que também os comparamos com os resultados obtidos por outros autores.

3. Análise dos dados

Da amostra constituída no âmbito do projeto *Em busca das raízes do português brasileiro*, selecionamos doze entrevistas. A seleção foi feita considerando as seguintes variáveis sociais: faixa etária, sexo e língua nativa. Para atender ao objetivo deste trabalho, consideramos apenas falantes da norma popular do PA, com informantes de zero a quatro anos de escolarização.

Numa observação geral das entrevistas, detectamos usos frequentes no PA que o aproximavam do PE, a exemplo de: (i) perífrases verbais com gerúndio: “Eu ficava aí **a tratar** das crianças”, “**Estou a criar** os filhos sozinha.”, “Agora é que **estou a aprender**”; (ii) paragoge: “(...) já estão **a estudar** a sexta classe”, “De momento não consegui **estudar**”, “Lugar mesmo que eu gosto de **vivere** (...)”; (iii) verbo *haver* no sentido de *existir*: “não **há** coisa pra se expressar como (...)”, “... **Há** pessoas que morrem sem chegar à idade”; (iv) uso da expressão *a gente* sem valor referencial: “Para mim poder ler a Bíblia, como todo **a gente** lê”, “se **toda a gente** vere, eu vou falar com ele”; (v) uso de concordância verbal semântica: “a família também **gostaram**”, “(...) a gente não **conseguimos** se conversar ainda”. Por outro lado, ocorrem, de forma pontual, usos que o aproximam de crioulos de base portuguesa, os quais, inclusive, já foram documentados também em comunidades de fala rurais afro-brasileiras. São usos como: (i) variação na concordância de gênero: “Acho que a vida em Luanda, como que eu vejo, não é nada **bom**”; (ii) uso variável dos tempos verbais: “português que eu aprendi a falar quase em cópia... eu tinha o meu xará, me levava pra cidades e logo eu a ver os que **falam** eu também quer dizer copiava”, “isso seriam bom se os clientes **comprarem**”, “eles não favoreciam tantos pra que eu **brinco**.... Então ainda que eu **tiver** vontade de brincar lá fora, mas sempre me apertavam muito com serviços”. Observamos, ainda, usos que não são frequentes nem no PE nem no PB, a exemplo de flutuação na concordância verbal de segunda pessoa (P2): “Vai lá se **você crescestes** aqui no mato, mas... Se **você tinhas** crescido aqui no mato era muito bem. Mas como **você crescestes** na cidade (...)”.

Quanto à concordância verbal, a nossa análise focalizou apenas o uso variável referente à primeira e à terceira pessoa do plural (P4 e P6), uma vez que são sobre essas pessoas gramaticais que mais estudos foram realizados com dados do PB, permitindo, assim, uma melhor comparação com o PA. Utilizamos o auxílio do Programa GoldVarb, versão de 2005⁷. No que diz respeito à P4, analisamos 174 dados, utilizando a metodologia laboviana. As variáveis consideradas foram: (1) **Realização do sujeito** (sujeito nulo e sujeito explícito), (2) **Saliência fônica** (paroxítona e proparoxítona), (3) **Correlação com o pronome sujeito** (*nós, a gente, não se aplica*), **sexo** (*feminino e masculino*), (4) **Língua nativa** (*africanas*

e portuguesa) e (5) **Faixa etária** (jovem mediana e idosa). Os resultados iniciais fornecidos pelo programa já nos se revelaram muito interessantes, na medida em que apontaram para uma predominância do uso de marcas de plural (com um percentual de 94.3%), exibindo uso categórico quando o sujeito referencial não está expresso, conforme podemos ver na tabela seguinte.

Tabela 1: Concordância com P4 segundo a variável realização do sujeito

	Com marcas de plural	Sem marcas de plural
Sujeito nulo	103/103 100%	0/103 0%
Sujeito explícito	61/71 85.9%	10/71 14.1%
TOTAL	164/174 94.3%	10/174 5.7%

Cabe salientar que o percentual de 14.1% de ausência de marcas explícitas de plural pode ser atribuído ao uso (ainda que embrionário) da forma *a gente* na função de sujeito referencial, como foi visto, por exemplo, na fala de uma informante de 31 anos, com dois anos de escolaridade e falante nativa do kikongo: “quando **a gente** se sentava, nós acabávamos de jantar”⁸. A tabela 2, por seu turno, evidencia que a marcação de plural é muito presente no PA, mesmo quando o sujeito já está expresso com a forma *nós*, o que nos leva a afirmar que a gramática natural da comunidade é marcada por formas explícitas de plural. A título de ilustração, observamos o nível de diferença entre estes trechos coletados nas entrevistas gravadas com informantes analfabetos em Angola: (1) “As nossas brincadeiras que **nós fazíamos nós aprendíamos** de quase muito...”, (2). “Anteriormente **nós criamos e metemos** na escola” com estes retirados de entrevistas com falantes do português popular de Feira de Santana-Ba⁹: (3) “que um dia nós **ia** lá no Maranhão”, (4) “nós **bota** um bocado de DVD de desenho”, (5) “Nós **tava** passano muita dificuldade”. A diferença entre esses dados do PA e do PB desautoriza a afirmação de que a falta de concordância na norma popular do PB seja referente à seleção da forma pronominal *a gente*.

Tabela 2: Concordância com P4 segundo a variável realização do sujeito

	Com marcas de plural	Sem marcas de plural
Pronome <i>nós</i>	54/55 98.2%	1/55 1.8%
Forma <i>a gente</i>	5/13 38.5%	8/13 61.5%
TOTAL	59/68 86.8%	10/174 13.2%

Ressaltamos que, dentre todas as variáveis, o GoldVarb selecionou, como contextos favorecedores da aplicação da concordância com P4, a presença do pronome pessoal *nós* e as línguas africanas, tendo descartado as variáveis *sexo*, *faixa etária* e *saliência fônica*. A tabela 3 melhor explica os resultados dessa análise:

Tabela 3: Contextos mais favoráveis à aplicação da concordância verbal com P4

Variáveis	Fator condicionador	Nº de ocorrências	%	Peso relativo
Realização do sujeito	Presença de <i>nós</i>	54/55	98.2%	.71
Língua nativa	Línguas africanas	110/119	92.4%	.55

Input: 0.958

Significância: 0.009

Quanto à concordância com P6, os 251 dados analisados nos revelam um percentual também alto em favor da aplicação de marcas de plural no PA, com um percentual de 91.6%, com frequência de 91.8% quando o sujeito é nulo. A única variável selecionada pelo programa foi a referente ao sexo do informante, com peso relativo no valor de .60. Salientamos que a concordância verbal é tão frequente na norma popular luandense que encontramos usos como: “os animais começam a se **espalhare**m” na fala de uma mulher com 43 anos, falante nativa do umbundo, que frequentou a escola apenas por dois anos.

Numa última rodada no GoldVarb, juntamos os dados referentes à concordância com P4 e P6 e obtivemos resultados que melhor explicitam o uso variável da marcação de plural nos verbos no PA. O

percentual de aplicação das regras de concordância continuou altíssimo, 92,7%. A concordância é favorecida quando o sujeito é nulo, com o peso relativo de .65. Outro fator que favorece o uso de marcas de plural nas formas verbais é o sexo feminino, valor de .62. As variáveis sociais *faixa etária* e *língua nativa* foram descartadas pelo programa, o que nos impossibilita fazer projeções acerca da mudança linguística na comunidade de fala analisada. Ressaltamos que, em uma análise prévia que realizamos com dados do português popular de Feira de Santana-Ba, encontramos também a concordância com P6 favorecida quando o sujeito não é realizado foneticamente (com peso de .71), algo que denota, para além de uma similaridade entre as duas variedades do português das ex-colônias portuguesas, uma necessidade funcional para atender a intercomunicação, já que pode haver uma ambiguidade nesse contexto, isto é, quando a marcação de plural não está presente. Subentende-se, portanto, que há uma correlação entre a realização de sujeito referencial e a CV. A propósito, destacamos que estudos têm apontando que o PA vem preenchendo, cada vez mais, o sujeito pronominal (OLIVEIRA e SANTOS, 2007; SOEIRA, 2009).

Considerações finais:

Este trabalho, embora de caráter preliminar, aponta novos caminhos de pesquisas que se relacionam à investigação sobre a participação do contato entre línguas na formação do PB. Como exposto acima, os nossos resultados vão de encontro ao que esperávamos e ao que divulgam os estudos sobre a CV no PA. Algumas hipóteses são aventadas acerca dessa disparidade. Primeiramente, salientamos as particularidades sócio-históricas da colonização lusa no Brasil e em Angola: a presença de línguas indígenas no Brasil e os momentos distintos de ocupação portuguesa (em Angola muito mais presente a partir do século XIX). Em segundo lugar, destacamos o imbricado jogo de valores estruturais e sociais que envolvem os comportamentos linguísticos, os quais devem ter atuado para a ocorrência de nas duas variedades da língua portuguesa focalizadas neste estudo. Outro fato que não pode ser descartado é o tipo de textos analisados, pois, no estudo realizado por Chavagne (2005) são considerados também textos escritos, ao passo que os nossos são exclusivamente orais. Entendemos que esse é um campo privilegiado de investigação para aqueles que pretendam contribuir com o debate sobre a gênese do PB e temos consciência de que muitos estudos ainda terão que ser realizados, inclusive, com o refinamento da análise sociolinguística aqui empreendida.

Referências:

- Almeida, Alessandra (2006). *A concordância verbal na comunidade de São Miguel dos Pretos*, Restinga Seca, RS. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- Baker, Philip (1982). On the origins of the first Mauritian and of the creole languages of their descendants. In: Baker, Philip; Corne, Chris. *Isle de France Creole*. Ann Arbor: Karoma.
- Bickerton, Derek (1984). The language bioprogram hypothesis. *Behavioural and brain sciences*, Cambridge, n.7.
- Bortoni-Ricardo, Stella Maris (2005). *Nós chegueu na escola, e agora?* Sociolinguística na sala de aula. São Paulo: Parábola editorial.
- Câmara Jr, Joaquim Mattoso (1972). Línguas européias de ultramar: o português do Brasil. In: Câmara Jr, Joaquim Mattoso (Org.). *Dispersos*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- Cardoso, Suzana Alice Marcelino (2009). Caminhos da dialetologia brasileira. In: Da Hora, Dermeval; Alves, Eliane Ferraz; Espínola, Lucienne C. (Org). *Abralin: 40 anos em cena*. João Pessoa: Editora Universitária.
- Chavagne, Jean-Pierre (2005). *La langue portugaise d'Angola – étude des écrits par rapport à La norma européenne du portugais*. Thèse de doctorat – Université Lumièr. Lyon 2, Faculte de Langues, Paris.
- Gandra, Ana Sartori (2009). A concordância verbal no português europeu rural. In: Oliveira, Klebson; Cunha e Souza, Hirão F.; Gomes, Luís (Org.). *Novos tons de rosa...* para Rosa Virgínia Mattos e Silva. Salvador: Edufba.
- GUY, Gregory (1989). On the nature and origins of Popular Brazilian Portuguese. In: *Estudos sobre el Español de América y Lingüística Afro americana*, Bogotá: Instituto Caro y Cuervom
- Laban, Michel (1999). *Mozambique: particularités lexicales et morphosyntaxiques de l'expression littéraire en portugais*. Document accompagnant une demande d'habilitation à diriger des recherches. Paris: Université de la Sorbonne Nouvelle – Paris III.
- Labov, William (1972). *Sociolinguistics patterns*. 3. ed. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- Lucchesi, Dante (2000). *A variação na concordância de gênero em uma comunidade de fala afro-brasileira: novos elementos sobre a formação do português popular do Brasil*. Rio de Janeiro. UFRJ, Faculdade de Letras. Tese de Doutorado em Lingüística, 2000.

Lucchesi, Dante (2003). O conceito de transmissão lingüística irregular e o processo de formação do português do Brasil. In: Roncarati, Cláudia; Abraçado, Jussara (Org.). *Português brasileiro: contato lingüístico, heterogeneidade e história*. Rio de Janeiro: 7 Letras.

Lucchesi, Dante (2007). Alterações no quadro dos pronomes pessoais e na aplicação da regra de concordância verbal nas normas culta e popular como evidências da polarização sociolingüística do Brasil e da relevância histórica do contato entre línguas. In: *Linguística: Revista da Associação de Lingüística da América Latina*. Madrid. v. 19, 52-87.

Lucchesi, Dante (2008). A concordância verbal no interior do Estado da Bahia: contato entre línguas e difusão lingüística. In: XV Congresso Internacional da Associação de Lingüística e Filologia da América Latina ALFAL, 2008, *Libro de Resúmenes*. Montevideu: Imprenta Gega.

Lucchesi, Dante (2009). Introdução. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante (2009a). História do Contato entre Línguas no Brasil. In: LUCCHESI, Dante; BAXTER, Alan; RIBEIRO, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Lucchesi, Dante; BAXTER, Alan; SILVA, Jorge Augusto Alves da (2009). A concordância verbal. In: Lucchesi, Dante; Baxter, Alan; Ribeiro, Ilza. (Org.). *O Português Afro-Brasileiro*. Salvador: EDUFBA.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (1989). *Estruturas trecentistas: elementos para uma gramática do português arcaico*. Lisboa: IC-CM.

Mattos e Silva, Rosa Virgínia (2002). Variação, mudança e norma (movimentos no interior do português brasileiro). In: Bagno, Marcos (Org.). *Linguística da norma*. São Paulo: Edições Loyola.

Mingas, Amélia A. (2000). *Interferência do kimbundu no português falado em Luanda*. Luanda: Caxinde.

Naro, Anthony Julius; Lemle, Miriam. Syntactic diffusion. *Ciência e Cultura* (SBPC), v. 28, Rio de Janeiro.

Naro, Anthony; Scherre, Marta (1993). Sobre as origens do português popular do Brasil. *Delta*.

Naro, Anthony; Scherre, Marta (2007). *Origens do português brasileiro*. São Paulo: Parábola.

Nina, Terezinha (1980). *Concordância nominal/verbal do analfabeto na Microrregião Bragantina*. Porto Alegre: PUC-RS (Dissertação de Mestrado).

Oliveira, Márcia Santos Duarte de; Santos, Eduardo Ferreira dos (2007). Pronomes nulos na posição de sujeito no português de Angola - um estudo preliminar. *Filologia e Lingüística Portuguesa*.

Pepetela (1990). *Luandando*. Luanda: Elf Aquitaine Angola.

Petter, Margarida (2007). Uma hipótese explicativa do contato entre o português e as línguas africanas. In: Papiá, Brasília.

Raimundo, Jacques (1933). *O elemento afro-negro na língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Renascença.

Sapir, Edward (1921). *A linguagem: introdução ao estudo da fala*. Trad: Câmara Jr, Joaquim Mattoso. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.

Scherre, Marta; Naro, Anthony (1997). A concordância de número no português do Brasil um caso típico de variação inerente. In: Hora, Dermeval da (Org.). *Diversidade Lingüística no Brasil*. João Pessoa: Idéia.

Silva, Jorge Augusto Alves da (2005) A concordância verbal de terceira pessoa do plural no português popular do Brasil: um panorama sociolingüístico de três comunidades do interior do estado da Bahia. Tese de Doutorado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Silva, Jorge Augusto Alves da (2005). A concordância verbal no português afro-brasileiro: um estudo sociolingüístico de três comunidades rurais do estado da Bahia. Dissertação (Mestrado em Lingüística) – Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Soeira, Josiane (2008). *Investigando as raízes do Português Popular brasileiro: análise do sujeito pronominal no português Popular em Luanda*. Monografia (especialização em Estudos Lingüísticos) – Departamento de Letras e Artes, Universidade Estadual de Feira de Santana, Feira de Santana, 2009.

Souza, Pedro Daniel dos Santos (2005). *Concordância verbal em português: o que nos revela o período arcaico?* Dissertação de Mestrado. Universidade Federal da Bahia, Salvador.

Tarallo, Fernando (1993). Sobre a alegada origem crioula do português brasileiro: mudanças sintáticas aleatória. In: Roberts, Ian; Kato, Mary (Org.). *Português brasileiro: uma viagem diacrônica*, Campinas: Editora da Unicamp.

Teixeira, Eliana Pitombo (2008). O pronome você no português de Luanda. In: Lima-Hernandes, Maria Célia et al. (Org.). (2008). *A língua portuguesa no mundo*. São Paulo: FFLCH-USP.

Vieira, Sílvia Rodrigues (1997). A não-concordância em dialetos populares: uma regra variável. In: Hora, Dermeval da (1997). *Variação lingüística. Graphos – Revista da Pós-graduação em Letras da UFPB*. João Pessoa vol.2, n.1.

¹ Agradeço à Profa. Dra. Eliana Pitombo Teixeira, que me apresentou “a realidade do português angolano”. Louvo a sua bela iniciativa de constituir um acervo lingüístico em Angola!

² Lembramos que as normas populares são mais diretamente afetadas pelo contato lingüístico e exibem altos índices de falta de concordância de número nas formas verbais (LUCCHESI, 2009).

³ A autora salienta que, das 32 ocorrências de verbo no singular com sujeito referencial na terceira pessoa do plural que foram encontradas, estão 14 frases com sujeito posposto, quase todas com estruturas predicativas ou verbos inacusativos. “Estruturas que, segundo a análise gerativa, não seriam casos de perda de concordância, mas de concordância com um sujeito expletivo nulo que estaria ocupando a posição de sujeito” (GENDRA, 2009:159).

⁴ Conforme expusemos na seção 1, o debate centra-se no seguinte fato: as características do PB teriam raízes românicas e portuguesas arcaicas e clássicas ou as mudanças do PB teriam motivações sócio-históricas, por conta da transplantação da língua portuguesa ao espaço brasileiro? São ainda realizadas abordagens intrassistêmicas.

⁵ A Sociolingüística Histórica tem como princípio a ideia de que não é possível generalizar as mudanças lingüísticas, dado que cada comunidade de fala possui suas peculiaridades. Assim, o contato lingüístico do português com línguas africanas em cada país pode ter gerado resultados diversos.

⁶ Nesse período inicial, Angola era mais uma colônia brasileira do que angolana (PEPETELA, 1999:63).

⁷ Sou grata à Profa. Dra. Josane Moreira de Oliveira pelo auxílio com o programa.

⁸ Usos de a gente com concordância semântica foram considerados com presença de marcas de plural.

⁹ Entrevistas pertencentes ao acervo do projeto “A língua portuguesa do semiárido baiano”, sediado na UEFS.